de 2005, da Doutora Anabela da Silva Moura Correia, professora-adjunta da Escola Superior de Educação deste Instituto.

18 de Julho de 2005. — O Presidente, *Rui Alberto Martins Teixeira*.

Despacho n.º 17 933/2005 (2.ª série). — Ao abrigo da delegação de competências do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior [despacho n.º 11 389/2005 (2.ª série), n.º 1, alínea i), n.º 1)], autorizo a equiparação a bolsheiro fora do País no período de 21 a 24 de Julho de 2005 do Doutor Manuel Afonso Barroso, equiparado a professor-adjunto da Escola Superior Agrária deste Instituto.

20 de Julho de 2005. — O Presidente, *Rui Alberto Martins Teixeira*.

Despacho n.º 17 934/2005 (2.ª série). — Por despacho de 4 de Julho de 2005 do presidente do Instituto Politécnico de Viana do Castelo:

Rosa Maria do Carmo Rodrigues, assistente administrativa especialista na Escola Superior de Tecnologia e Gestão deste Instituto — nomeada, em regime de comissão extraordinária de serviço, precedendo concurso, chefe de secção para a mesma Escola, com efeitos a partir da data da aceitação, ficando exonerada das funções anteriores a partir da mesma data e com o vencimento correspondente ao escalão 1, índice 337, da tabela do regime geral da Administração Pública. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

25 de Julho de 2005. — O Presidente, *Rui Alberto Martins Teixeira*.

Despacho n.º 17 935/2005 (2.ª série). — Por despacho de 4 de Julho de 2005 do presidente do Instituto Politécnico de Viana do Castelo:

Doutor José da Cruz Lopes, professor-adjunto, de nomeação definitiva, da Escola Superior de Tecnologia e Gestão deste Instituto Politécnico — nomeado definitivamente, precedendo concurso, professor-coordenador para a mesma Escola, com efeitos a partir da data da aceitação, ficando exonerado das anteriores funções a partir da mesma data e com o vencimento ilíquido correspondente ao escalão 3, índice 250, da tabela do pessoal docente do ensino superior politécnico. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Julho de 2005. — O Presidente, *Rui Alberto Martins Teixeira*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU

Regulamento n.º 59/2005. — Por deliberação do conselho científico da Escola Superior de Saúde de 15 de Julho de 2005, foi ratificado o Regulamento do Curso de Licenciatura em Enfermagem da Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Viseu:

Regulamento do Curso de Licenciatura em Enfermagem

Os presentes regulamentos do curso de licenciatura em Enfermagem da Escola Superior de Saúde de Viseu obedecem aos princípios insertos na seguinte legislação: Decreto-Lei n.º 152/91, de 23 de Abril, Lei n.º 116/97, de 4 de Novembro, Decretos-Leis n.ºs 328/97, de 27 de Novembro, e 353/99, de 3 de Setembro, e Portarias n.ºs 886/83, de 22 de Setembro, e 799-D/99, de 18 de Setembro.

1 — Regulamento de frequência

Atendendo à legislação mencionada, o regulamento de frequência do curso de licenciatura em Enfermagem rege-se pelos seguintes critérios:

- Todas as unidades curriculares que integram o plano de estudos são de matrícula obrigatória;
- A frequência do curso de licenciatura em Enfermagem implica que o estudante tenha feito a sua matrícula dentro dos prazos estipulados em cada ano curricular;
- A perda de frequência por excesso de faltas nas unidades curriculares de frequência obrigatória obriga o estudante a nova matrícula e frequência;
- O estudante que está a repetir um semestre e ou ano pode simultaneamente repetir as unidades curriculares desse semestre e ou ano em que obteve nota positiva nas condições seguintes:
 - Sujeita-se às normas que vigoram para os demais alunos;
 - No caso de o estudante obter melhor classificação que a anterior, é atribuída a nota mais elevada, não podendo

em nenhuma circunstância ser-lhe diminuída a nota anteriormente obtida;

- Nos casos em que o estudante deixe em atraso unidade(s) curricular(es) por não obter nota positiva e transite de semestre e ou ano de acordo com o regulamento de precedências e transição de ano, é facultativa a sua frequência.

Se optar pela frequência, o estudante deve requerê-la ao conselho directivo até 15 dias antes do início do semestre e ou ano onde essas unidades curriculares são leccionadas, excepto se o estudante tiver exames a essa unidade curricular em vésperas do início do referido semestre, para os quais o requerimento deve dar entrada na Secretaria até vinte e quatro horas após a afixação da pauta.

O estudante que opte pela frequência sujeita-se às normas que vigorarem para os demais alunos.

O conselho directivo pode cancelar a autorização referida quando o estudante, pelo manifesto desinteresse, seja causa de perturbação ou prejudique a aprendizagem dos demais alunos;

- Nos casos em que o estudante não opte pela frequência a que se refere a alínea anterior, apenas pode prestar provas por exames na época de recurso;
- O trabalhador-estudante não está sujeito à frequência de um número mínimo de unidades curriculares;
- O estudante que pretenda usufruir do estatuto de trabalhador-estudante, regulamentado pela Lei n.º 116/97, de 4 de Novembro, deve requerê-lo ao conselho directivo da Escola, fazendo acompanhar o seu requerimento com um dos comprovantes previstos na alínea b) do artigo 9.º da citada lei, no prazo de 30 dias após a matrícula ou do início da actividade profissional.

2 — Regulamento de precedências e transição de ano

Normas de precedências e transição de ano para o curso de licenciatura em Enfermagem da Escola Superior de Saúde de Viseu

a) 1.º ano:

Possibilidade de frequentar o Ensino Clínico I e transitar do 1.º para o 2.º ano, 1.º semestre, com quatro unidades curriculares em atraso, excepto a Fundamentos de Enfermagem, Enfermagem na Comunidade I, Anatomia e Fisiologia, Pedagogia e Patologia Geral;
Obrigatoriedade de obter nota positiva no Ensino Clínico I para transitar ao 2.º ano do curso.

b) 2.º ano — 1.º semestre:

Possibilidade de frequentar o Ensino Clínico II e transitar do 1.º para o 2.º semestre com quatro unidades curriculares em atraso, incluindo as provenientes do 1.º ano, excepto a Enfermagem Médico-Cirúrgica I e Farmacologia;
Obrigatoriedade de obter nota positiva no Ensino Clínico II para transitar ao 2.º semestre.

c) 2.º ano — 2.º semestre:

Possibilidade de frequentar o Ensino Clínico III e transitar ao 1.º semestre do 3.º ano com três unidades curriculares em atraso, excepto Enfermagem Médico-Cirúrgica II;
Obrigatoriedade de obter nota positiva no Ensino Clínico III para transitar ao 3.º ano.

d) 3.º ano — 1.º semestre:

Obrigatoriedade de aprovação em todas as unidades curriculares deste semestre para frequentar os respectivos ensinos clínicos;
Obrigatoriedade de obter nota positiva no Ensino Clínico IV e V para transitar ao 2.º semestre;
Possibilidade de transitar do 1.º para o 2.º semestre com três unidades curriculares em atraso.

e) 3.º ano — 2.º semestre:

Obrigatoriedade de obter nota positiva em todas as unidades curriculares do ensino teórico para frequentar os respectivos ensinos clínicos;
Possibilidade de transitar para o 4.º ano com duas unidades curriculares em atraso, excepto Investigação e Estatística;
Obrigatoriedade de obter nota positiva nos Ensinos Clínicos VI e VII para transitar para o 4.º ano.